



Formalidade e pronomes de segunda pessoa do singular no português gaúcho: dados de interpretação

Formality and second person singular pronouns in Gaucho Portuguese: data from interpretation

Ronan Pereira

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), Lisboa / Portugal

a57730@campus.fcsh.unl.pt

<http://orcid.org/0000-0003-2675-6378>

Resumo: Na variedade do português falado no estado do Rio Grande do Sul, o pronome de segunda pessoa do singular “tu” ocorre com maior frequência do que o pronome inovador “você”, sendo o “tu” considerado marca da identidade local. No entanto, vem geralmente acompanhado de verbos com a flexão de terceira pessoa, tendo sido sugerido que a utilização da flexão canônica está reservada a momentos de maior formalidade. Este estudo propôs-se a obter dados empíricos acerca da percepção de formalidade dos diferentes pronomes de segunda pessoa do português gaúcho pelos seus falantes nativos, além de estabelecer se consideram o pronome “tu” parte do seu jeito de falar. Uma tarefa de seleção de vocábulos, além de uma tarefa de julgamento de formalidade com uma escala de cinco pontos foram realizadas com 233 participantes. Os resultados confirmam a visão de que o pronome “tu” faz parte da identidade dos falantes e sugerem um sistema triádico, composto, em ordem de formalidade por “tu”, “você” e “o senhor”, acompanhados de morfologia flexional de terceira pessoa, enquanto “tu” com a flexão canônica compete com “você” pela posição intermédia. Dentre os fatores sociolinguísticos que influenciam os julgamentos, somente a idade foi relevante, com os participantes acima de 50 anos de idade tendendo a considerar as frases com “tu” mais informais, independentemente da flexão a ele associada.

Palavras-chave: pronomes de segunda pessoa; formalidade; português brasileiro; português gaúcho; sociolinguística.

Abstract: In the variety of Portuguese spoken in the Brazilian state of Rio Grande do Sul, the second person singular pronoun “tu” occurs more frequently than the innovative pronoun “você”, being “tu” considered a mark of local identity. It is, however, usually followed by verbs conjugated in the third person, having been suggested that the usage of the canonical inflection is reserved to moments of a higher formality level. This study aimed to bring empirical data regarding how formal the different second person pronouns are interpreted by native speakers, as well as data confirming if they consider “tu” as part of their identity. A word selection task and a 5-point scale formality judgement task were conducted with 233 participants. The results confirm the idea that “tu” is part of the speakers’ identity and they also suggest a triadic system, composed, in order of formality by “tu”, “você”, and “o senhor”, all of them followed by a third person inflectional morphology, whereas “tu” followed by the canonical inflection competes with “você” for the intermediate position. Among the sociolinguistic factors that influence such judgments, only age was relevant, since participants who were 50 years old or older tended to consider sentences with “tu” more informal, regardless of the inflection associated to it.

Keywords: second person pronouns, formality, Brazilian Portuguese; Gaúcho Portuguese, sociolinguistics.

Recebido em 20 de janeiro de 2021

Aceito em 08 de fevereiro de 2021

1 Introdução

Quando se observa o paradigma dos pronomes pessoais no português brasileiro, nota-se que, em geral, o “tu” (pronome canônico de segunda pessoa do singular) foi substituído pelo pronome inovador “você”¹ (ou compete com ele) em diversas regiões do país, acabando este por ser a forma preferida em referência ao interlocutor. No entanto, na região mais ao sul do Brasil, observa-se o oposto: o “tu” é o pronome de eleição da maioria dos falantes. Nesse dialeto, o qual será referido como português gaúcho (PBRS) neste artigo, a flexão verbal que acompanha o pronome de segunda pessoa “tu” pode ocorrer ora associado à flexão verbal de 2ª pessoa do singular (flexão canônica), ora associado à flexão verbal de 3ª pessoa (BECHARA, 1999; CAVALHEIRO, 2016; CUNHA;

¹ Segue-se a posição de Rocha Lima (2011, p. 386), que define “você” como pronome pessoal e não como forma pronominal ou substantivada de tratamento.

CINTRA, 1984; MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002; SCHERRE *et al.*, 2015; dentre outros). Essa diferença parece ter levado a emergência de uma diferenciação na interpretação da utilização das flexões de 3ª e 2ª pessoa: esta incorpora um traço de formalidade (CAVALHEIRO, 2016; LOREGIAN-PENKAL, 2004; SCHERRE *et al.*, 2015).

Tendo em vista essa questão, este estudo tentou elucidar se as diferentes formas de referência à segunda pessoa possuem níveis de formalidade distintos pelos seus falantes por meio de uma tarefa de juízo de formalidade. Além disso, obtiveram-se dados em relação à percepção dos falantes quanto ao pronome “tu” como parte da sua identidade linguística. Assim, este estudo traz um maior detalhamento da linguagem utilizada pelos falantes desse dialeto, sendo inovador no campo metodológico por não haver, até então, nenhum estudo que tenha tido uma abordagem de avaliar a questão da formalidade associada às diferentes formas de referência à segunda pessoa do singular no PBRS e nem a questão do pronome “tu” como parte da identidade gaúcha.

As próximas secções darão conta de apresentar a teoria por detrás desse fenómeno. A secção seguinte trará, resumidamente, alguns pontos relevantes da Teoria Variacionista dentro do escopo da Sociolinguística, nos moldes de Labov ([1972] 2008). Em seguida, abordar-se-ão algumas questões relativamente ao uso das formas “tu” e “você” no português brasileiro (PB) (secção 3) para então centrar-se na questão das diferentes formas de referência à segunda pessoa do singular na variedade em questão (secção 4). A partir disso, serão expostas as questões de investigação e hipóteses (secção 5), além da metodologia utilizada (secção 6). Por fim, são apresentados os resultados obtidos (secção 7) a discussão deles (secção 8) e as considerações finais (secção 9).

2 A Sociolinguística Variacionista

Apesar da imprecisão que o termo Sociolinguística ainda possa trazer, Monteiro (2000) propõe duas perspectivas para o seu estudo. Uma primeira abordagem foca-se nas relações entre a sociedade e as línguas como uma unidade e volta-se a questões como políticas linguísticas em comunidades multilingues, por exemplo. A segunda abordagem, mais relevante para este trabalho, tem como objetivo relacionar os fatores sociais e as estruturas linguísticas, ou seja, o resultado proveniente da

interação dos dois: as formas como esta acaba por ser condicionada pelos fatores sociais em questão.

Essa segunda abordagem, comumente referida como Sociolinguística Variacionista (ou Teoria da Variação), preocupa-se em levantar dados que possam explicar a estrutura da língua a partir do seu uso (LABOV, [1972] 2008). De acordo com os sociolinguistas, a língua é composta por estruturas heterogêneas, as quais ocorrem sistematicamente de acordo com características sociais do falante (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 101). Assume-se que não é possível compreender como a variação e a mudança linguística ocorrem sem que se considere a vida social da comunidade, visto que a linguagem sofre pressões sociais de modo contínuo (COAN; FREITAG, 2010). É nesse âmbito que Labov, o grande expoente desse quadro teórico, realiza os seus estudos iniciais relativamente a variáveis fonológicas, constatando uma forte correlação entre variáveis sociais e variáveis linguísticas.

O trabalho pioneiro de Labov foi realizado na comunidade da ilha de Martha's Vineyard. O autor constatou que os falantes nativos da ilha, incomodados com a presença dos turistas, “exageravam” a pronúncia de certos ditongos de forma a demarcar a sua pertença àquele território frente aos “estranhos” (nomeadamente turistas durante a época de verão). Dessa forma, uma pressão social externa era um fator condicionante à realização de uma pronúncia específica e que os demarcava socialmente (LABOV, [1972] 2008).

Weiner e Labov (1977) expandem os estudos para variáveis sintáticas e, segundo Paredes (1993, p. 885), quando o quadro teórico em questão passa a avaliar fenómenos sintático-discursivos, foi-se capaz de considerar que motivações fora da estrutura da língua, as quais decorrem de necessidades comunicativo-funcionais, eram a origem da variação. Destarte, é no processo de perceber melhor como que fatores (nomeadamente sociais) intervêm no uso de uma ou outra variante que a análise sociolinguística se insere. A interação entre a fala e a sociedade torna-se o seu objeto de estudo “na busca de estabelecer uma sistematização ao processo de variação linguística” (SALOMÃO, 2011).

Ainda, é importante chamar à atenção o facto de que a variabilidade é inerente ao processo de mudança linguística e, a partir dela, consegue-se extrair generalizações acerca da mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Salienta-se que a mudança possui estágios e não é a simples troca de um elemento por outro – envolve momentos de

concorrência, ou seja, em que as duas formas coexistem com o mesmo valor e há a possibilidade de que, eventualmente, uma delas se torne obsoleta (FARACO, 2005). Assim, como bem pontua Salomão (2011), os pressupostos teóricos dessa teoria “permitem ver regularidade e sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação no dia-a-dia, procurando demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece”, ou seja, como mencionado anteriormente, é possível estabelecer que fatores condicionam o uso de uma variante ou outra.

3 Pronomes de Segunda Pessoa no PB

Conforme a introdução, na variedade brasileira do português, o pronome “tu” tende a ser substituído pela forma inovadora “você” e diversos estudos têm abordado tal fenômeno. Sob uma perspectiva diacrônica, alguns estudos objetivaram analisar esse processo de “popularização” do pronome “você” no PB por meio de material escrito de diversos séculos. O trabalho de Barcia (2006) apoiou-se em cartas de jornais do século XIX e o de Lopes (2006) em cartas pessoais dos séculos XVIII e XIX, assim como o de Menon (2000), sendo, neste caso, de escritores brasileiros do fim do século XIX e início do século XX. Pelos dados obtidos, é a partir do fim do século XIX que a forma “você” passa a ocorrer em situações antes reservadas ao pronome “tu” e, no início da década de 1930, as ocorrências deste praticamente desaparecem. Entretanto, como bem aponta Menon (2000), o facto de uma forma surgir em registos escritos sugere que o seu uso oral já está presente há mais tempo no sistema.²

Assim, “você” acaba por substituir a forma canónica “tu”, passando a ser mais recorrente em tratamentos solidários e íntimos, ou seja, em atos diretivos simétricos (i.e., sem relações de poder entre os interlocutores) (YACONVENCO; SCARDUA, 2017), com a eventual sobrevivência de outras formas relacionadas à 2ª pessoa, como o pronome clítico “te” e o possessivo “teu”, mesmo quando o pronome sujeito

² Porém, uma reconstituição dos factos que levaram a uma generalização do “você” no PB é difícil, visto a inexistência de registos que atestem as formas linguísticas presentes no Brasil durante o início da sua ocupação pelos portugueses (FARACO, 1996). Ver o referido autor para uma reconstituição hipotética do período colonial e do impacto que poderá ter deixado na língua, além de Biderman (1972-1973).

utilizado é “você” (BIDERMAN, 1972-1973; LOPES, 2008; SILVA, 1982). Não obstante, Rumeu (2013), sobre o uso da forma “você” no século XX, considera que é possível um resquício de formalidade atrelado a essa forma. Lopes *et al.* (2009) apontam para a variação entre os dois pronomes no Rio de Janeiro, sendo “você” o mais frequente e uma forma não marcada, pois o “tu” é utilizado para expressar maior intimidade ou proximidade para com o interlocutor (ou seja, enquanto “tu” apresenta os traços referidos, “você” não, podendo ser utilizado em qualquer contexto).³ Biderman (1972-1973) menciona que a forma “você” também se inseriu em contextos de uso da forma “o senhor” (no trato com superiores íntimos, i.e., pais e avós). Ainda assim, reconhece que, de facto, os pronomes de 2ª pessoa no PB são o “você” e “o senhor”, os quais representam a distinção T/V de Brown e Gilman (1960).⁴

No PB atual, a variação diatópica dos pronomes é clara: a depender da região do país, privilegia-se uma ou outra forma pronominal, mas ambas ocorrem em todas as regiões com proporções diferentes. Lopes e Cavalcante (2011) consideram a existência de três zonas dialetais em relação ao uso das duas formas: uma em que “você” é exclusivo, outra em que “tu” é exclusivo e uma terceira em que ambas ocorrem em variação.⁵ O compilado de Cardoso *et al.* (2014) mostra a tendência à preferência por “você” em todas as capitais estaduais analisadas, com exceção de três: São Luís (Maranhão), Florianópolis (Santa Catarina) e Porto Alegre (RS), estando as duas últimas localizadas no extremo sul do Brasil.

Nas zonas em que a forma “tu” é utilizada, há outra questão a ter-se em conta: a morfologia flexional associada a ela. Segundo Scherre *et al.* (2015), ainda que o pronome “tu” tenha sido preservado, vem acompanhado na maioria das vezes pela flexão de 3ª pessoa. Menon (1995) considera que os falantes têm o morfema Ø como o morfema flexional de 2ª pessoa e a variação está na eleição entre “tu” e “você”,

³ Lopes (2008) constata uma maior tendência à utilização de “você” por falantes de classes mais altas no Rio de Janeiro e variação dentre os de classes mais baixas.

⁴ Os autores consideram que em muitas línguas há duas formas de referência à 2ª pessoa, as quais dependem da dimensão de poder, assimétrica (não permitindo o uso da mesma forma de tratamento entre os interlocutores), e da dimensão de solidariedade, simétrica (permitindo o uso da mesma forma).

⁵ Na verdade, em nenhuma área o uso é exclusivo, sendo preferível utilizar o termo “predominante”.

a qual é determinada pela sua variedade dialetal. No mesmo caminho, Jensen (1981) diz que a forma “tu” é simplesmente outro item lexical, e não um paradigma inteiro. No entanto, ainda que em taxas muitíssimo mais baixas, a flexão de 2ª pessoa também ocorre.

Assim, o que alguns autores têm proposto é que o sistema pronominal do PB é diádico, composto por uma forma [+formal] (“o senhor”) e por uma [-formal] (“você”, a qual pode alternar com “tu” a depender dos fatores anteriores) (cf. BIDERMAN, 1972-1973; HEAD, 1976). Todavia, há indícios de que, pelo menos para variedades em que o “tu” é a forma predominante, o sistema seria triádico – ou até mesmo quadriádico (cf. LOREGIAN-PENKAL, 2004; RAMOS, 1989), mas os contextos em que uma forma ou outra ocorre (ou pode ocorrer), ainda devem ser mais bem investigadas.

4 Os pronomes de segunda pessoa do singular no PBRS

Como descrito anteriormente, no território brasileiro, a eleição entre “tu” e “você” como a forma de referência ao interlocutor é variável. Há zonas em que o uso de “tu” ocorre em taxas muito altas, nomeadamente no extremo sul do Brasil, zona que compreende o PBRS, podendo até mesmo ser quase categórico como demonstrado por Amaral (2003). De acordo com Scherre *et al.* (2015, p. 140),

(...) tudo indica que a forma “você” tende a ser sentida pelo gaúcho como uma expressão pouco característica da cultura do Rio Grande do Sul, embora seja registrada em percentuais que variam de 5% a 15% na pesquisa de Loregian-Penkhal (2004, p. 138). Na comunidade gaúcha ou de cultura gaúcha, o uso do “tu” é percebido e avaliado como mais natural.

Segundo o Mapa 5 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALTENHOFEN, 2002, p. 144), é possível observar-se a clara predominância do pronome “tu” no Rio Grande do Sul (75% de ocorrências). Os excertos abaixo retirados de Loregian-Penkhal (2004),⁶ a partir de dados orais de falantes do PBRS, exemplificam tal fenômeno:

⁶ Mantiveram-se os grifos da autora e a ortografia utilizada.

- (1) aí convidou: «Olha, Cláudio, quem sabe *tu* aceita, né? sai com ele”. (p. 119)
- (2) Bom, é isso que *tu* querias sobre vinho? (p. 98)
- (3) a irmã Maria Isabel era a minha professora de português e na época ela disse: “Não, *você* vai entrar porque *você* tem facilidade”. (p. 87)

Consoante os outros estados da Região Sul, um uso mais equilibrado de “*tu*” é observado em Santa Catarina. Esta zona, aparentemente, funciona como uma área de transição, pois, no Paraná, o pronome de eleição é o “*você*”,⁷ havendo maior ocorrência do “*tu*” no litoral e no oeste catarinenses, sendo esta uma zona de forte migração de gaúchos (p. 125).

A possibilidade de variação entre as duas formas no PB parte do pressuposto de que elas não existem em distribuição complementar, ou seja, possuem o mesmo valor, não havendo “distinção de grau de cortesia ou de maior ou menor familiaridade nas localidades em que ambas as formas se encontram em variação” (NASCIMENTO; MENDES; DUARTE, 2018).⁸ Esta afirmação surge da comparação do uso das formas em português europeu (PE), variedade na qual o pronome “*tu*” é utilizado em situações que demonstram uma relação de proximidade e intimidade entre os interlocutores (i.e., entre amigos ou colegas). Como bem expressam Nascimento, Mendes e Duarte (2018, p. 249),

[o] tratamento por *tu* tende a ser recíproco, isto é, simétrico, entre interlocutores com idade e posição hierárquica semelhante. [...] Depende ainda de hábitos familiares e sociais: embora esteja hoje em dia generalizado o uso de *tu* entre pais e filhos, em certas famílias as pessoas mais velhas tratam por *tu* os mais jovens.

Quanto ao uso de “*você*” em PE, observa-se uma maior complexidade. Segundo Cunha e Cintra (1984), na língua padrão, em uma

⁷ Loregian (1996), por exemplo, não encontra nenhuma ocorrência de “*tu*” em Curitiba (PR).

⁸ As autoras mencionam que uma alternativa ao uso dos pronomes é o sujeito nulo com a forma verbal em 3ª pessoa do singular quando os falantes não sabem que forma de tratamento utilizar para referir-se ao interlocutor (“*tu/você*” ou uma forma de tratamento mais formal como “o(a) senhor(a)”).

interação entre pessoas cultas, o uso de tal forma é possível quando existe uma relação social de igualdade ou de superioridade (i.e., a interação entre um patrão e um dos seus empregados). Os autores continuam o raciocínio dizendo que também pode ser interpretado como uma forma de tratamento pouco cortês, podendo ser até mesmo ofensiva, pelo que se prefere o uso de outras formas nominais como “o senhor” ou o nome próprio do ouvinte, por exemplo.⁹ Destarte, por ter uma conotação ofensiva para muitos falantes, tal pronome é evitado.

Como referido anteriormente, o pronome “você” ocorre, ainda que em proporções baixas, no PBRS. Loregian (1996) comenta que, de acordo com os resultados obtidos na sua pesquisa, feita com habitantes da capital do estado, Porto Alegre, no âmbito do Projeto VARSUL,¹⁰ a variação existe na comunidade, mas não nos indivíduos (18 sujeitos utilizaram somente “tu”, um utilizou somente “você” e cinco utilizaram ambas as formas nos seus enunciados). Os resultados de Menon e Loregian-Penkall (2002) (também com falantes de Porto Alegre) foram similares, tendo 14 sujeitos utilizado o pronome “tu”, um somente o pronome “você” e nove fizeram uso de ambas as formas. Já Loregian-Penkall (2004) constatou 34 sujeitos que utilizaram somente “tu”, um somente “você” e 30 ambas as formas. Este estudo foi mais amplo, com dados coletados em quatro cidades diferentes. Mais recentemente, Fleck e Simioni (2017), numa forma de trazer à sala de aula questões de sociolinguística, mais especificamente a variação das formas de segunda pessoa do singular, realizou um projeto com a ajuda de alunos de uma escola de Itaquí, na fronteira com a Argentina, observando o uso de “tu”

⁹ É importante ressaltar que, também em Portugal, há zonas em que o uso do pronome “você” tem vindo a ser alargado, nomeadamente entre membros de classes menos cultas. Nascimento, Mendes e Duarte (2018) sobre isto dizem que seja possível que a utilização desse pronome corresponda a uma alternativa para o tratamento na 2ª pessoa do singular em conversas que, apesar de informais, não apresentam intimidade entre os interlocutores, um reflexo das mudanças da sociedade “no sentido da perda de formalidade na comunicação corrente” (p. 251). Também atribuem este fenómeno à influência do PB, nomeadamente por meio das telenovelas brasileiras e ao grande número de brasileiros em Portugal.

¹⁰ Este projeto é constituído por gravações efetuadas nas três capitais dos estados sulistas, além de mais três cidades representativas das etnias mais importantes na sua colonização. É concebido e desenvolvido por pesquisadores desses estados, vinculados a universidades situadas nos mesmos.

por 18 sujeitos da pesquisa e o uso de “você” por 17. Todos os trabalhos referidos neste parágrafo fizeram uso de dados orais.

O estudo pioneiro na variação “tu”/“você” no PBRS foi conduzido por Guimarães (1979). A autora fez uso de um *corpus* composto por redações de estudantes de diversas idades, compreendendo três grupos: um grupo de estudantes no fim do primário, outro no início do secundário e um terceiro no início dos estudos universitários. Tais redações continham diálogos entre amigos (podendo o redator incluir-se como um dos amigos). Dos 120 participantes, 59 preferiram o pronome “tu”, 60 o pronome “você” e somente um utilizou ambos na mesma redação.

Outro estudo similar já data de 2016. Durante um curso de escrita¹¹ realizado na FEEVALE, universidade localizada em Novo Hamburgo, os 50 alunos tiveram de redigir uma carta pessoal, a qual serviu de amostra para o *corpus* (MARTINS; MAURER; SEVERO, 2016). Diferentemente dos resultados de Guimarães (1979) e muito mais distantes dos dados orais supracitados (FLECK; SIMIONI, 2017; LOREGIAN, 1996; LOREGIAN-PENKAL, 2004; MENON; LOREGIAN PENKAL, 2002), as autoras constataram somente oito redações que fizeram uso exclusivo do pronome “tu”, 35 utilizaram exclusivamente o “você” e outras sete alternaram entre “tu” e “você”.

Fleck e Simioni (2017) também realizaram recolhas de dados escritos no âmbito do projeto elaborado com alunos de Itaqui mencionado anteriormente. Com um *corpus* de poucos sujeitos, os autores apontam cinco textos com a segunda pessoa canônica “tu” e nove com o pronome “você”. Por fim, analisando 13 postagens na página do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria em uma rede social, Keller e Fontana (2019) constataram o uso de “tu” sete vezes e de “você” seis vezes.

Consoante os fatores que estimulam a produção de “tu” ou de “você” em dados orais, Loregian-Penkhal (2004) realizou uma extensa análise estatística das variáveis linguísticas e sociolinguísticas que podiam interferir na eleição do pronome. A autora constatou que indivíduos com mais escolaridade (pelo menos em Porto Alegre), além de mulheres e os mais jovens tendiam a utilizar mais o pronome “tu”. Outro ponto que influencia o seu uso é o gênero do discurso: receitas, argumentações e,

¹¹ Como pontuar um texto? – Projeto Social Lavili – Laboratório de Vivências em Linguagem, da Universidade Feevale-RS.

em menor grau, explicações estimulam-no. Por fim, a determinação do referente é outro fator estimulante. Keller e Fontana (2019), a partir dos dados escritos das postagens referidas no parágrafo anterior, consideraram o fator interlocutor, observando que a forma “tu” ocorre majoritariamente nas interações entre amigos, enquanto funcionários da universidade, ao se dirigirem aos alunos, utilizam a forma “você”. No entanto, esta forma também ocorreu na interação entre alunos, o que as autoras consideram ter que ver com o facto de estarem os indivíduos a postar em uma página da universidade. Assim, alguns podem tê-la considerado um ambiente que exigiria mais formalidade (o que explicaria os resultados).

Se se considerarem os dados orais, vemos que o pronome “tu” é a forma mais comum no PBRs, apesar de estudos mais recentes demonstrarem uma perda de espaço para o “você”. De facto, a incidência de uso tem aumentado com o tempo, principalmente em fontes de dados escritos, em comparação ao estudo de Guimarães (1979). Contudo, a comparação com os dados orais vai de encontro ao mencionado por Menon (2000), em que uma forma ao surgir em registos escritos já deveria estar presente em proporções maiores na fala há mais tempo.

Devido à forma como os dados foram obtidos, parece haver, nos participantes, uma influência do paradoxo do observador (LABOV, [1972] 2008). Ou seja, por mais que se tomem os cuidados necessários para que um ambiente informal seja criado e as produções orais sejam as mais espontâneas possíveis, o gravador e o entrevistador (provavelmente, um desconhecido) estarão sempre presentes, influenciando as escolhas linguísticas do participante (cf. RAMOS, 1989). Isto explicaria o porquê de alguns participantes optarem pelo pronome “você” nessas situações de entrevista, supondo-se que esta forma esteja associada a uma maior formalidade.

No mesmo sentido, as normas da língua também podem servir para influenciar o uso dos pronomes. Segundo Scherre *et al.* (2015), o PBRs está inserido em uma zona em que, apesar da prevalência de “tu”, este vem acompanhado da flexão de 3ª pessoa. Essa associação é, segundo a gramática normativa, agramatical. Em situações mais monitorizadas (i.e., entrevistas, redações, etc.), as estratégias para evitá-la passam, portanto, pelo uso ou de “tu” com a flexão canónica, ou de “você” (novamente, uma possível influência do paradoxo do observador). Além disso, pelo facto de os estudos com maior incidência de “você” serem aqueles que recolheram dados escritos, podem sofrer outra influência do

ensino formal: segundo Martins, Maurer e Severo (2016), os materiais didáticos privilegiam o uso de “você” – as autoras comentam não ter ciência de material que utilize a segunda pessoa do singular canônica em enunciados ou em outros momentos direcionados aos alunos.

Assim, é comum a utilização de verbos sem a desinência *-s* (ou *-ste* no pretérito perfeito do indicativo) característica das formas verbais canônicas de segunda pessoa (cf. CUNHA; CINTRA, 1984; dentre outros). Nesse sentido, Guimarães (1979) analisou a taxa de concordância verbal dos alunos que participaram na sua pesquisa, e constatou que, dentre aqueles que utilizaram o pronome “tu” nas suas redações, a concordância ocorreu em cerca de 70% dos casos, com maiores taxas dentre os participantes que estavam no ensino superior (76,79%). No entanto, nos dados orais obtidos por Loregian (1996), a concordância ocorreu em somente 4% das enunciações dos falantes de Porto Alegre. A autora chama à atenção o facto de que, no seu estudo, os participantes com maior escolaridade utilizaram menos a flexão verbal canônica do que aqueles com menor escolaridade.

Amaral (2003), que já tinha realizado um estudo semelhante na cidade de Tavares, obtendo uma taxa de concordância de 17% (AMARAL *et al.*, 1999¹² *apud* AMARAL, 2003), realizou outro em Pelotas. Nesta cidade, a taxa de concordância foi de 7,4%. O autor concluiu que o uso da flexão canônica¹³ com o pronome “tu” possui prestígio na comunidade, ainda que a flexão não canônica não traga nenhum tipo de estigma social. Por fim, em Martins, Maurer e Severo (2016), no seu *corpus* escrito, nas vezes em que a forma “tu” foi utilizada, observou-se o uso da flexão canônica praticamente em todas: apenas uma das cartas analisadas não a continha. No estudo de Keller e Fontana (2019), das sete ocorrências de “tu”, duas vieram acompanhadas da flexão canônica, uma em uma interação entre amigos e outra entre um funcionário e um aluno.

¹² “Aplicação de desinência número-pessoal na 2ª pessoa do singular em Tavares, RS”. Trabalho apresentado por Luis Amaral *et al.* no 3º Encontro do CELSUL, em Porto Alegre, RS, em 1999.

¹³ O autor considera como flexão canônica também a variante *-sse* para a desinência *-ste* do pretérito perfeito, resultante da assimilação de [t] pela fricativa [s]. Garcia (2018) analisa (também em Pelotas) se ela ocorre na escrita, e obtém quase um quarto de formas verbais com tal variante.

Loregian-Penkal (2004), por outro lado, analisou o fenômeno em mais três cidades, as quais possuem populações representativas das principais etnias do estado (italiana, alemã e espanhola), além de Porto Alegre (lusoaçoriana). Os resultados, no entanto, não foram muito diferentes dos obtidos por Loregian (1996): as percentagens de uso foram de 2%, 3%, 5% e 7%, respetivamente. A autora lista os fatores que podem ser relevantes para o uso da flexão de 2ª pessoa, nomeadamente a interlocução com o entrevistador, além de discursos relatados. Quanto às características do verbo, conjugações no indicativo, principalmente no pretérito perfeito, estimulam a produção do morfema em questão. Quanto às variáveis sociolinguísticas, uma menor escolaridade parece ser um fator importante e, em menor grau, a maior idade do falante.

Assim, vemos que o pronome “tu” no PBRS possui um estatuto próprio. É visto como parte da identidade gaúcha (cf. CAVALHEIRO, 2016; LOREGIAN-PENKEL, 2004; SCHERRE *et al.*, 2015;), mas a forma “você” também ocorre (sem que se tenha estabelecido exatamente o que a motiva, apesar de os dados apontarem para a sua preferência na modalidade escrita). Além disso, o pronome “tu” do PBRS tem um funcionamento mais amplo do que o “tu” do PE (CAVALHEIRO, 2016; GOUVEIA, 2008), sendo parte de um suposto sistema diádico.

Não obstante, para alguns falantes, uma estratégia de maior formalidade é justamente a utilização da flexão de segunda pessoa canónica (cf. AMARAL, 2003; CAVALHEIRO, 2016; FLECK; SIMIONI, 2017; LOREGIAN, 1996; LOREGIAN-PENKAL, 2004; MENON, 2000). Como bem aponta Scherre (2007, p. 204) sobre a região em que se insere o PBRS,

o pronome *tu* [...] é a forma não-marcada: transita também por contextos discursivos diversos; neste caso, o uso do pronome *você* pode estar sujeito a forte monitoração. Nas situações formais, aumenta-se, muitas vezes, a concordância com o *tu*.

Ou seja, aparentemente, pode-se postular uma espécie de sistema triádico composto por “tu” com flexão de 3ª pessoa, “tu” com flexão canónica e “o(a) senhor(a)”. Segundo Amaral (2003), a maior frequência de utilização da flexão canónica ocorre durante a interlocução com o entrevistador (dado também observado por Loregian-Penkal (2004)). É possível que no PBRS o uso do “tu” com a flexão canónica funcione como uma espécie de registo intermédio entre o informal, que seria

caracterizado pelo uso do “tu” sem a flexão de 2ª pessoa do singular, e o formal, caracterizado pelo uso de outras formas de tratamento, tais como “o(a) senhor(a)”. Já a forma “você” substituiria tanto o “tu” sem flexão, quanto o “tu” com flexão, sendo o seu uso condicionado mais por fatores estilísticos (i.e., os mencionados anteriormente).

Consoante os fatores sociais, Loregian-Penkla (2004) atribui à maior formalidade dos falantes mais velhos o facto de que utilizam mais a forma “você” do que os mais jovens (ou seja, são sensíveis ao registo criado pelo uso das diferentes formas). No entanto, ao mesmo tempo, utilizam a flexão verbal canónica em maiores taxas, o que parece dar suporte à ideia de que a flexão canónica está associada a um maior grau de formalidade. Cavalheiro (2016) menciona a escolaridade como um dos fatores para a interpretação supramencionada. Para ela, quanto mais escolarizado for o falante, maior é a relação que ele faz com o registo mais formal imposto pela utilização da flexão canónica. Não obstante, Loregian-Penkla (2004) também observou a relevância da escolaridade na questão do pronome “tu” no PBRS e constatou que uma maior escolaridade promove o uso de “tu” (em contraponto a “você”), mas é uma menor escolaridade que afeta o uso da flexão canónica.

Note-se que o exposto até aqui considera dados (e conclusões a partir deles) de produção (escrita ou oral). Não há, aparentemente, estudos que tenham observado a questão da interpretação dessas formas. Este estudo prestou-se justamente a isso. Os seus objetivos e hipóteses serão detalhados a seguir.

5 Questões de investigação e hipóteses

A partir do exposto nas secções anteriores, estabeleceram-se as seguintes questões de investigação:

Questão 1: Os falantes do PBRS consideram o pronome “tu” como traço característico do seu dialeto?

Questão 2: Os falantes do PBRS têm percepções distintas de formalidade consoante as formas de referência à 2ª pessoa do singular?

Questão 3: Os falantes do PBRS têm percepções distintas de formalidade consoante a forma verbal associada ao pronome “tu”?

Questão 4: Que fatores sociais influenciam na interpretação de formalidade das formas, havendo diferenças entre elas?

As hipóteses são, portanto, as seguintes:

Hipótese 1: O pronome “tu” é visto como traço característico do seu dialeto e, por extensão, da identidade gaúcha.

Hipótese 2: Os pronomes observam a seguinte hierarquia de formalidade: “tu” + 3ª pessoa > “você” > “tu” + 2ª pessoa > o senhor.

Hipótese 3: Os fatores sociais “escolaridade”, “renda”, “gênero” e “idade” influenciam nos julgamentos de formalidade das formas.

6 Metodologia

No total, 283 participantes dispuseram-se a participar no estudo. Somente foram considerados aqueles com o seguinte perfil: indivíduos que moravam no RS e que lá tinham vivido durante a primeira infância e durante a maior parte da sua infância e adolescência; indivíduos com pelo menos um dos pais com vivência no RS durante a maior parte da sua infância e adolescência; indivíduos maiores de 18 anos de idade no dia de realização do teste; indivíduos que aceitaram fazer parte deste estudo ao concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram excluídos os indivíduos que, apesar de preencherem os critérios acima, tivessem morado em outro estado brasileiro ou país por mais de três meses nos dois anos que antecederam a realização do inquérito.

Ao todo, 50 participantes foram excluídos e os dados de 233 foram analisados. A Tabela 1 apresenta o perfil dos participantes.

TABELA 1 – Perfil sociolinguístico dos participantes. RS = Rio Grande do Sul.

Faixa etária (em anos)	18 – 29 = 50 (21,5%) 30 – 39 = 99 (42,5%) 40 – 49 = 43 (18,5%) 50 ou Mais = 41 (17,6%)	
Gênero	Feminino = 179 (76,8%) Masculino = 54 (23,2%)	
Escolaridade	Ensino Médio = 45 (19,3%) Ensino Superior = 90 (38,6%) Ensino Pós-Graduado = 98 (42,1%)	
Renda (média familiar)	Até 4 Salários = 57 (24,4%) 4 a 7 Salários = 65 (27,9%) 7 a 10 Salários = 45 (19,3%) 10 Salários ou Mais = 51 (21,9%) Não Respondeu = 15 (6,5%)	
Vivência em outro estado/país por até 3 meses durante os últimos dois anos	Não = 229 (98,3%) Sim = 4 (1,7%)	
Local de criação dos pais	Somente no RS = 219 (94%) Parcialmente no RS = 14 (6%)	
Outras L1 além do português*	Não = 193 (82,8%) Alemão = 19 (8,2%) Italiano = 13 (5,3%) Espanhol = 6 (2,6%) Guarani = 1 (0,4%) Inglês = 1 (0,4%) Ucraniano = 1 (0,4%)	
L2 (independentemente do nível de proficiência alcançado)	Não = 45 (19,3%) Inglês = 173 (74,2%) Espanhol = 87 (31,3%) Alemão = 29 (12,4%) Francês = 19 (8,2%) Italiano = 17 (7,3%)	Mandarim = 2 (0,9%) Russo = 2 (0,9%) Japonês = 1 (0,4%) Latim = 1 (0,4%) Grego = 1 (0,4%)

*Uma pessoa indicou duas L1 além do português (inglês e alemão)

Fonte: elaboração própria.

Esta pesquisa apoiou-se em um formulário produzido na ferramenta Google Formulários (acedido por um *link* fornecido pelo investigador a quem se dispusesse a participar por meio eletrônico; também se o disponibilizou em redes sociais com a devida explicação da pesquisa). O *link* ficou disponível do dia 15 de novembro ao dia 15 de dezembro de 2020.

Todos os passos para a realização das tarefas estavam detalhados no formulário. A primeira parte continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual devia ser aceite para que se pudesse dar

prosseguimento à secção seguinte. Se o participante se recusasse a participar, veria uma página de agradecimento. O participante podia também decidir fechar a janela do navegador a qualquer momento, o que acarretava na cessação da sua participação – os dados só eram efetivamente gravados aquando da submissão do formulário. Ao aceitar, era levado à página com o questionário sociolinguístico, cujos dados recolhidos já foram apresentados na Tabela 1.

A primeira tarefa a ser realizada consistia na seleção de vocábulos que os participantes considerassem como marcadores do jeito de falar do gaúcho. Dentre esses vocábulos estavam o “tu” e o “você”, de modo que se percebesse se tais formas são vistas como parte do dialeto.

Em um primeiro momento, praticavam com cinco vocábulos, somente para que entendessem como a tarefa era realizada. Ao passarem à próxima secção, viam as 14 opções para seleção, dentre os quais estavam “*tu (falando com outra pessoa)*” e “*você (falando com outra pessoa)*”, além da opção “*nenhuma das anteriores*”. Após a conclusão desta etapa, eram direcionados à Tarefa 2.

Para a tarefa de juízo de formalidade que compunha a segunda tarefa, reuniram-se 70 frases distribuídas nos seguintes contextos (seguidos de um exemplo de item): 10 frases com o pronome “tu” associado à flexão de 2ª pessoa do singular: “*Tu entendes a minha letra?*”; 10 frases com o pronome “tu” associado à flexão de 3ª pessoa do singular: “*Tu entende muito disso.*”; 10 frases com o pronome “você”: “*Você achou as minhas chaves.*”; e 10 frases com o pronome “o senhor”: “*O senhor fala francês muito bem.*”, além de 30 distratores com estruturas diferentes das anteriores: “*A Vera não pode vir hoje.*”

Todos os itens de teste possuíam o sujeito exposto e incluíam tanto frases declarativas, quanto interrogativas. Tomou-se o cuidado de utilizar vocabulário diverso e, nos itens avaliados, tomou-se também o cuidado de não utilizar léxico que pudesse ter uma leitura mais ou menos formal para que a leitura da formalidade fosse feita somente por meio do pronome utilizado. Antes do início da execução da tarefa, os participantes receberam as instruções e, em seguida, julgaram duas frases de 1 a 5 (sendo 1 informal e 5 formal) como treino, as quais não continham nenhum dos pronomes estudados.

Após o seu completamento, iniciava-se o teste. As 70 frases estavam divididas em cinco páginas com 14 frases em cada uma (1/5 do total de cada contexto). Todas as perguntas ocorriam de modo aleatório

cada vez que o formulário era acessado e a escala era também de 1 a 5. Além disso, todos os itens eram de resposta obrigatória.

7 Resultados

Relativamente à primeira tarefa, vê-se que todos os participantes selecionaram a opção “*Tu (falando com outra pessoa)*” como parte do jeito gaúcho de falar,¹⁴ o qual se pode ver nos seguintes exemplos¹⁵ de uso do pronome (além dos exemplos (1) e (2) mencionados na secção 3) retirados de Loregian-Penkak (2004) (4) e de Keller e Fontana (2019) (5), a partir de dados orais e escritos, respetivamente:

- 4) antes *tu* poderia encontrá isso num bairro assim bem mais pobre assim, né?
- 5) *tu* podes transferir aqueles créditos que *tu* não usas, para mim, por exemplo.

Somente cinco deles selecionaram a opção “*Você (falando com outra pessoa)*”, cujo uso a partir dos dados escritos de Keller e Fontana (2019) é exemplificado abaixo (e também pelo exemplo (3) mencionado na secção 3):

- 6) Se *você* possui a carteira antiga do RU *você* precisa registrar perda para depois solicitar a carteira nova.

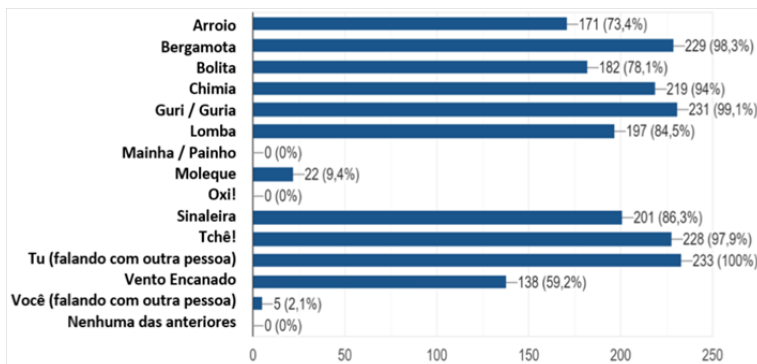
Os resultados da Tarefa 1, além daqueles obtidos com os outros vocábulos¹⁶ estão expressos na Figura 1.

¹⁴ Dois dos participantes excluídos, por falha da plataforma, procederam à execução das tarefas e não selecionaram a opção “*Tu (falando com outra pessoa)*”. Destes, um selecionou apenas uma opção (“*Tché!*”), o que pode sugerir que não compreendeu que podia selecionar mais de uma opção.

¹⁵ Mantiveram-se os grifos das autoras somente nos pronomes. A ortografia utilizada é a original.

¹⁶ Os dados dos outros vocábulos não serão abordados, pois não fazem parte do escopo deste trabalho, mas são divulgados, já que podem servir para estudos futuros. Não obstante, vale ressaltar-se que os dois que obtiveram 0% são tidos como parte dos dialetos do nordeste brasileiro. O vocábulo “*moleque*” é mais comum no sudeste. Os outros ocorrem no dialeto gaúcho com menor ou maior frequência de acordo com a região do estado, e alguns podem ocorrer nos outros estados do sul.

FIGURA 1 – Léxico considerado como parte do PBRS pelos falantes (em número total e em percentagem)



Fonte: elaboração própria.

Consoante a Tarefa 2, a média dos juízos foi, da menor à maior, de 2,28 (DP = 1,12) para as frases com o pronome “tu” associado à flexão de 3ª pessoa (T3), de 3,39 (DP = 1,00) para frases com o pronome “você” (V), de 3,42 (DP = 1,24) para frases com o pronome “tu” associado à flexão de 2ª pessoa (T2) e de 3,89 (DP = 1,01) para as frases com “o senhor” (S).

Quando se analisam os dados de acordo com os critérios sociolinguísticos alvo, vê-se que, em geral, o “T3” é considerado o mais informal (com médias que variam de 1,71 dentre os participantes com mais de 50 anos de idade até 2,52 dentre os participantes mais jovens) e “S” o mais formal (com médias que variam de 3,70 dentre os participantes com mais de 50 anos de idade até 4,05 dentre os participantes com renda entre 7 e 10 salários mínimos). Em nenhum contexto essas formas deixaram de aparecer com as médias mais baixas e altas, respetivamente.

As médias de “T2” e de “V” situam-se em uma posição intermédia na escala. As duas médias variaram, respetivamente, de 2,79 e 3,27 (ambas dentre indivíduos com mais de 50 anos) até 3,83 e 3,53 (ambas dentre os mais jovens). No entanto, não se observou uma tendência nas médias, com alternância entre qual possuía a maior a depender do contexto. A maior diferença entre elas encontrou-se dentre os indivíduos com mais de 50 anos (diferença de 0,48) e a menor dentre aqueles com maior renda (diferença de 0,03). Todos esses resultados estão expostos na Tabela 2.

TABELA 2 – Média de julgamentos por tipo de pronome e por contexto social

	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
Média Geral	2,28 (DP = 1,12)	3,39 (DP = 1,00)	3,42 (DP = 1,24)	3,89 (DP = 1,01)
Gênero	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
<i>Feminino</i>	2,27 (DP = 0,97)	3,36 (DP = 0,80)	3,46 (DP = 0,98)	3,86 (DP = 0,73)
<i>Masculino</i>	2,28 (DP = 0,81)	3,50 (DP = 0,63)	3,30 (DP = 1,07)	4,01 (DP = 0,74)
Idade	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
<i>18 – 29 Anos</i>	2,52 (DP = 1,08)	3,53 (DP = 0,85)	3,83 (DP = 0,90)	4,05 (DP = 0,73)
<i>30 – 39 Anos</i>	2,34 (DP = 0,86)	3,41 (DP = 0,67)	3,61 (DP = 0,91)	3,89 (DP = 0,72)
<i>40 – 49 Anos</i>	2,38 (DP = 0,69)	3,31 (DP = 0,67)	3,13 (DP = 0,77)	3,91 (DP = 0,60)
<i>Mais de 50 Anos</i>	1,71 (DP = 0,79)	3,27 (DP = 0,95)	2,79 (DP = 1,18)	3,70 (DP = 0,89)
Escolaridade	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
<i>Ensino Médio</i>	2,50 (DP = 1,13)	3,49 (DP = 0,88)	3,16 (DP = 1,17)	3,90 (DP = 0,87)
<i>Ensino Superior</i>	2,17 (DP = 0,83)	3,36 (DP = 0,78)	3,50 (DP = 0,98)	3,85 (DP = 0,77)
<i>Ensino Pós-Graduado</i>	2,27 (DP = 0,85)	3,37 (DP = 0,70)	3,48 (DP = 0,93)	3,93 (DP = 0,64)
Renda¹⁷	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
<i>Até 4 Salários</i>	2,50 (DP = 1,17)	3,39 (DP = 0,94)	3,32 (DP = 1,20)	3,87 (DP = 0,90)
<i>De 4 a 7 Salários</i>	2,34 (DP = 0,72)	3,40 (DP = 0,65)	3,71 (DP = 0,83)	3,83 (DP = 0,66)
<i>De 7 a 10 Salários</i>	2,23 (DP = 1,00)	3,48 (DP = 0,77)	3,22 (DP = 1,09)	4,05 (DP = 0,67)
<i>Mais de 10 Salários</i>	2,06 (DP = 0,72)	3,35 (DP = 0,77)	3,38 (DP = 0,88)	3,92 (DP = 0,75)

Fonte: elaboração própria.

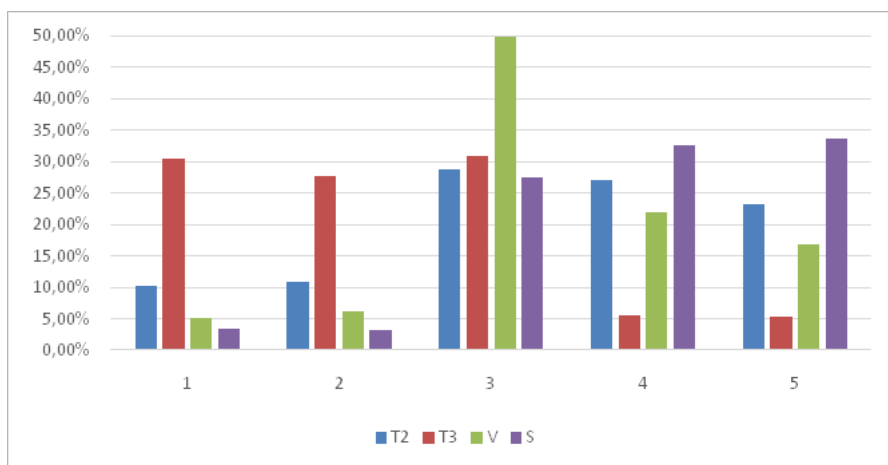
Um ponto importante a ser ressaltado é a questão do desvio padrão das médias. Como se pode ver na Tabela 2, os desvios foram altos, o que indica uma maior dispersão da amostra. Em outras palavras, o valor atribuído a cada pronome não se concentrou à volta de um valor específico.¹⁸ De facto, ao serem analisadas o número de julgamentos para

¹⁷ Sem os dados dos participantes que selecionaram a opção “Prefiro não responder” ($n = 15$).

¹⁸ Ainda assim, houve participantes que foram categóricos nas suas avaliações, totalizando 102 casos de julgamentos categóricos, distribuídos da seguinte forma: 38 com “S”, 46 com “T3”, 51 com “V” e 52 com “T2”. Note-se que houve participantes que foram categóricos em mais de um contexto.

cada valor por tipo de pronome, vê-se que todos foram julgados como 1, 2, 3, 4, ou 5 pelo menos uma vez. Contudo, observam-se tendências. Por exemplo, as frases com “T3” tenderam a ser julgadas com 1, 2 ou 3 (30,52%, 27,64% e 30,94%, respectivamente, totalizando 89,10% dos julgamentos nestes valores); as frases com “V” concentraram-se em 3, com 49,91% dos julgamentos neste valor, e em menor grau em 4 e 5 (21,93% e 16,87%, respectivamente); frases com “T2” tenderam a ser julgadas com 3, 4, ou 5 (28,67%, 27,04% e 23,26%, respectivamente); e frases com “S” tiveram a mesma tendência que a de “T2”, mas com a ordem invertida: 27,51% de julgamento no valor 3, 32,62% no valor 4 e 33,65% no valor 5. A Figura 2 exemplifica os achados.

FIGURA 2 – Percentagem de indivíduos que julgaram cada tipo de pronome em valores de 1 a 5



Fonte: elaboração própria.

Em escalas com valores ímpares, é costumeiro que haja uma maior concentração de juízos no seu centro, pois, nesses casos, não só representa uma situação neutra, como também é o valor tendencialmente selecionado quando não se consegue produzir um juízo ou se está em dúvida. Como se pode ver, à exceção de “S”, todas as outras formas foram julgadas na sua maioria como 3. Sem os julgamentos centrais, apenas a forma “T3” tem uma diminuição na média, que totaliza 1,95 (DP = 1,21). A forma “T2” obtém 3,59 (DP = 1,43), a qual é menor que a de “V”: 3,78 (DP = 1,31). “S”, por sua vez, tem média 4,23 (DP =

1,00). A Tabela 3 compara as médias originais e as médias obtidas após a eliminação dos julgamentos em 3.

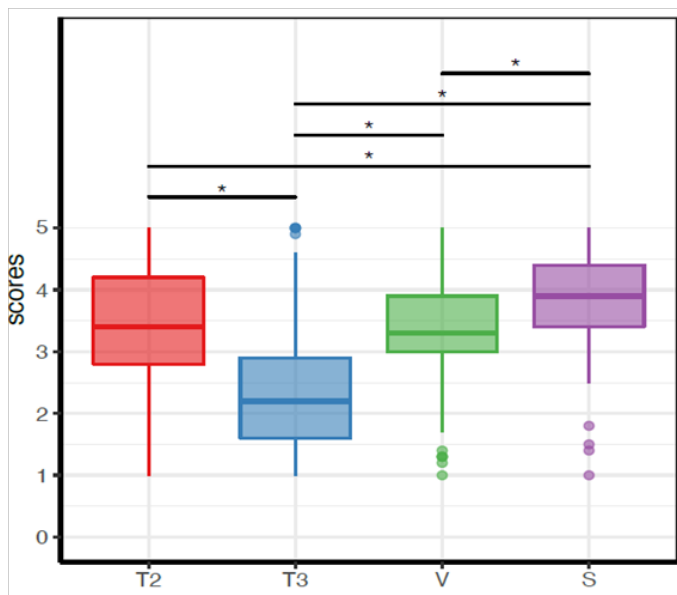
TABELA 3 – Média de julgamentos com e sem os julgamentos no valor central da escala

	Tu + 3ª Pessoa	Você	Tu + 2ª Pessoa	O Senhor
Média Geral	2,28 (DP = 1,12)	3,39 (DP = 1,00)	3,42 (DP = 1,24)	3,89 (DP = 1,01)
Média Sem Valor 3	1,95 (DP = 1,21)	3,78 (DP = 1,31)	3,59 (DP = 1,43)	4,23 (DP = 1,00)

Fonte: Elaboração própria.

Foram feitas duas análises estatísticas com os dados obtidos. A primeira verificou se cada contexto se comportava de maneira diferente dos outros. Constatou-se que todos os grupos eram diferentes entre si, exceto “V” quando comparado a “T2” (teste de Wilcoxon com valores de p ajustados pela correção de Bonferroni) (FIGURA 3).

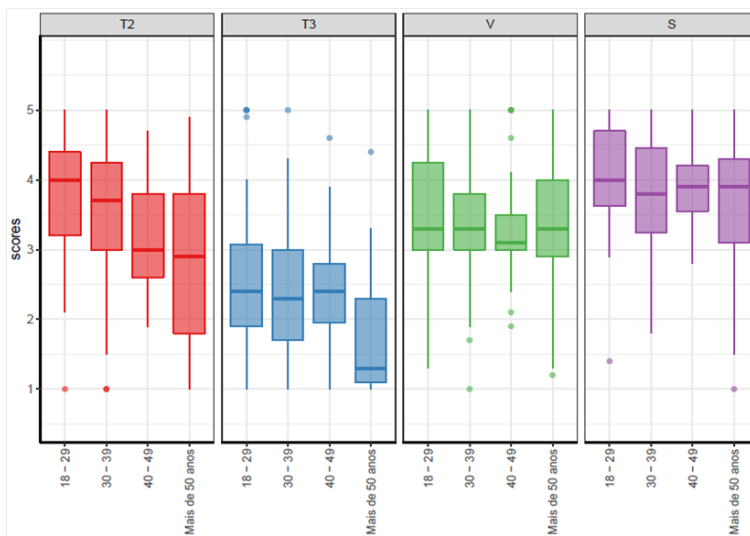
FIGURA 3 – Resultados dos testes de Wilcoxon pareados com correção múltipla de Bonferroni. * = $p < 0,001$



Fonte: elaboração própria.

A segunda análise procurou correlacionar os resultados com as variáveis sociais consideradas neste estudo (idade, gênero, renda e escolaridade). O teste de Wilcoxon não apontou efeitos do gênero sobre os resultados, e nem o de Kruskal-Wallis para a renda e a escolaridade. No entanto, o teste de Kruskal-Wallis encontrou efeitos da idade sobre os julgamentos das formas “T2” ($H(3) = 29.9, p < .001$) e “T3” ($H(3) = 21.4, p < .001$). A análise pareada mostrou que os dois grupos mais velhos se comportam de maneira diferente dos mais jovens com o pronome “tu” associado à flexão de 2ª pessoa ($p < 0,01$), enquanto somente o grupo dos maiores de 50 anos se comporta diferente do resto consoante o pronome “tu” associado à flexão de 3ª pessoa ($p < 0,01$) (FIGURA 4).

FIGURA 4 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis



Fonte: elaboração própria.

A próxima seção discorrerá sobre os resultados obtidos.

8 Discussão

Os resultados das duas tarefas trazem importantes dados acerca do estatuto das diferentes formas de referência à 2ª pessoa no PBRs. A primeira tarefa, que consistiu na seleção de vocábulos considerados pelos

falantes como parte do “jeito gaúcho de falar”, trouxe dados empíricos acerca de uma ideia a qual muitos autores já consideravam: o pronome “tu” é visto como marca identitária da população (cf. CAVALHEIRO, 2016; MENON, 2000; dentre outros), confirmando a *Hipótese 1*. Destarte, não surpreende que tal vocábulo tenha sido selecionado por todos os participantes cujos dados foram analisados. Ao mesmo tempo, o pronome “você” só foi selecionado por cinco participantes, o que pode indicar que, para estes falantes, tal pronome já se encontra internalizado como parte característica do dialeto. Não obstante, não se pode descartar erros na compreensão da tarefa ou erros na hora da seleção dos vocábulos (afirmação válida também para a seleção do pronome “tu”).

A segunda tarefa mostrou que os falantes têm percepções distintas relativamente ao nível de formalidade dos pronomes estudados, sendo que o contexto “T3” é o menos formal (média = 2,28) e “S” é o mais formal (média = 3,89). Esse resultado tampouco surpreende. Historicamente, tanto a forma “tu” quanto a forma “o senhor” têm sido atreladas a situações informais e formais, respetivamente (BARCIA, 2006; BIDERMAN, 1972-1973; LOPES, 2006; MENON, 2000; dentre outros) e, à partida, não há sinais de que isso se tenha modificado. A análise estatística não encontrou diferenças, no entanto, nas duas formas de formalidade intermédia: “T2” (média = 3,42) e “V” (média = 3,39). Logo, a *Hipótese 2* não se confirmou, porque considerava que estas duas formas seriam diferentes, com “T2” exibindo maior formalidade do que “V”.

Os resultados apontam para um sistema pronominal, pelo menos na percepção dos falantes, triádico. Do mais informal ao mais formal, “tu”, “você” e “o senhor” compõem-no, todos associados à forma verbal de 3ª pessoa do singular. A forma “T2” surge em competição com “V” pela forma intermédia. Devido ao facto de que “tu” é considerado parte da identidade gaúcha (cf. resultados da primeira tarefa), esperar-se-ia que “T2” então surgisse nos estudos de produção revistos anteriormente como a forma preferida para a situação de formalidade intermédia. Não obstante, o que se observa é o oposto.

É importante ressaltar que os dados cá obtidos são dados de interpretação, ao passo que os dados obtidos pelos estudos revistos ao longo deste artigo são dados de produção (e muitos se basearam em análises mais refinadas), pelo que uma comparação direta entre eles se

torna desigual. Assim, a partir deste estudo, não se pode obter conclusões sobre a razão de “V” ocorrer mais do que “T2”. No entanto, dados prévios sugerem que a pressão dos dialetos dominantes do PB (por meio dos materiais didáticos e dos meios de comunicação) pode ter o seu papel. A grande maioria das produções televisivas brasileiras concentram-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, locais em que a forma “você” é a predominante, pelo menos dentre as classes média e alta (cf. LOPES, 2008; SCHERRE *et al.*, 2015) e é a forma “exportada” diariamente pelo meio televisivo a todas as partes do país.

Outra hipótese pode ter que ver justamente com a forma verbal. Ou seja, enquanto as outras três formas estudadas utilizam a mesma forma verbal, a flexão canônica consiste em morfologia flexional própria, pelo que é necessária a sua aquisição para a sua produção.¹⁹ Além disto, o PB segue uma tendência de maior preenchimento do sujeito pronominal (cf. DUARTE, 1993; dentre outros) e Loregian-Penkal (2004) aponta como favorecimento da flexão canônica o sujeito nulo. Ora, se o PB vem apresentando mais sujeitos realizados, a necessidade da morfologia flexional reduz-se.²⁰ Havendo uma cisão entre o nível de formalidade atrelado à flexão canônica com o pronome “tu”, é mais natural que a forma não marcada do verbo seja priorizada, recaindo sobre o pronome (no caso, “você”) os valores semânticos de formalidade. Por fim, não se pode ignorar a associação de valores semânticos (ou até mesmo de prestígio/estigma) à forma “T2” mais além da formalidade. Assim, “T2” e “T3” seriam dois itens lexicalmente iguais, mas semanticamente distintos, com valores atribuídos a partir da flexão verbal.

Considerando ser uma tendência do PB “você” passar a abarcar os valores de informalidade outrora pertencentes ao pronome “tu”, tal processo parece estar menos avançado no PBRS (comparativamente a outros dialetos do PB), apesar de poder estar mais ou menos avançado nos indivíduos. Os dados de produção expostos durante a revisão da literatura neste artigo mostram pouca variação nos indivíduos – há mais falantes que utilizam uma forma categoricamente do que outros. Pode-

¹⁹ No sentido em que, se não estiver presente no *input*, dificilmente será adquirida pelos falantes de modo que seja ativamente utilizada.

²⁰ De facto, vê-se que nesse empobrecimento do paradigma verbal é a forma de 3ª pessoa do singular que tende a inserir-se em pessoas e números que antes possuíam morfologia própria.

se interpretar esses dados da seguinte forma: os falantes que possuem “tu” e “você” como formas distintas estabelecem o nível de formalidade da tarefa (ou entrevista) ao início e mantêm a forma correspondente do início ao fim. Os falantes não categóricos utilizam as formas de acordo com outros fatores externos (i.e., gênero do discurso ou determinação do referente).

Quanto às variáveis sociais analisadas, postulava-se que o aumento da escolaridade teria alguma influência nos resultados dos falantes. Em médias de julgamentos, aqueles com mais anos de estudo, em comparação aos menos escolarizados, atribuem julgamentos mais formais a “T2”, o que pode ocorrer devido ao ambiente social pelo qual transitam ou por notarem que o seu uso acaba por ter situações específicas de ocorrência (i.e., mais formais). Quanto a “T3”, consideram-no mais informal do que os menos escolarizados o consideram, o que deve ocorrer por uma pressão da gramática normativa. No entanto, podia-se esperar que “V” fosse mais formal por estar presente em materiais didáticos e meios de comunicação impressos – a forma com que a maioria dos falantes (principalmente mais escolarizados) tem contacto com ele. As médias de julgamento, entretanto, indicam o oposto. No entanto, o teste estatístico não apontou a influência da escolaridade sobre os julgamentos, pelo que os valores das médias possam ser apenas um indício de alguma diferença, a qual, com a amostra utilizada, não mostrou ser relevante. É importante ressaltar que os falantes menos escolarizados tinham o Ensino Médio completo, ou seja, pelo menos 11 anos de escolarização, e não compunham nem 20% da amostra, pelo que, de certo modo, a amostra possa ter sido mais homogênea nesse quesito, explicando a falta de diferença entre os grupos, apesar das diferenças nas médias.

Outro fator com impacto semelhante ao da escolaridade é a renda. Por exemplo, é possível que falantes com maior renda tenham maior escolaridade, além de transitarem por ambientes em que a linguagem é mais cuidada. De facto, quanto maior renda, mais informal “T3” é considerado. Porém, são os participantes com renda entre 4 e 7 salários mínimos os que atribuem o maior nível de formalidade ao “T2”. Novamente, apesar dos valores nominais distintos, o teste estatístico não demonstrou diferença entre os resultados. Ressalta-se, também, que a análise deste contexto não pôde contemplar todos os participantes, visto que 15 deles não responderam em que faixa de renda se incluíam, o que pode ter influenciado, ainda que marginalmente, os resultados.

Quanto ao gênero, Loregian-Penkall (2004) notou que as mulheres em todas as localidades que estudou tendiam a preservar o pronome “tu” (i.e., mais mulheres usaram-no categoricamente) e, na cidade de Panambi, as que alternavam entre as duas formas tendiam a privilegiá-lo. Por outro lado, consoante a flexão verbal, dentre as cidades em que houve recolha de dados, a tendência a preservá-la só ocorreu dentre os homens de Porto Alegre. Neste estudo com dados de interpretação, todavia, não houve influência do gênero sobre os resultados. No entanto, salienta-se o facto de que a amostra continha mais de 75% de mulheres, o que pode ter contribuído para enfraquecer o poder do teste estatístico.

A única variável sociolinguística selecionada estatisticamente neste trabalho foi a idade dos participantes e só houve efeito sobre as formas de “tu”. Este resultado pode refletir os valores prévios deste pronome, até mesmo indicando uma certa diacronia da inserção de “T3”. Por exemplo, a análise estatística apontou que os falantes com idade entre 40 e 49 anos acompanham os falantes com mais de 50 anos de idade quanto à informalidade de “T2” quando comparados aos outros dois grupos de idade (18-29 anos e 30-39 anos). No entanto, já não há diferença entre os grupos dos mais jovens ao dos de idade entre 40 e 49 anos consoante “T3”. Ou seja, isso pode indicar que, para os falantes de 40 a 49 anos, a forma “T2” foi adquirida relacionada a situações informais, pelo que lhe atribuem esse valor. Já quanto ao “T3”, comportam-se como os outros participantes mais jovens, pois, provavelmente, essa forma já se teria normalizado (quem sabe com perda do estigma atrelado a ela). Por outro lado, os falantes com mais de 50 anos de idade continuam a considerar “T2” mais informal do que o resto dos falantes, já que lhe era mais comum (i.e., estava mais presente no *input* mesmo em situações informais).

O estudo mais antigo que analisou a questão da flexão verbal com o pronome “tu” foi o de Guimarães (1979), pesquisa na qual os participantes utilizaram a concordância canónica em 70% das vezes nos seus textos que envolviam interações entre amigos. Note-se que um participante no referido estudo que estivesse no início dos seus estudos universitários, teria por volta de 19 anos à época e por volta de 60 aquando da realização do presente estudo. Foram justamente os falantes de nível universitário os que mais realizaram a flexão canónica em Guimarães (1979). Esses dados, aliados aos de interpretação obtidos

neste estudo, parecem sugerir que em meados do século passado, “tu” com a flexão canónica ainda ocorria em proporções consideráveis e em situações informais no PBRS. Já com os dados orais, Loregian-Penkal (2004) também verificou que os mais velhos eram mais propícios a utilizá-la, além de preferirem a forma “você” como estratégia para maior formalidade. Os dados da tarefa de julgamento de formalidade parecem ir ao encontro dessa ideia.²¹ Destarte, a *Hipótese 3* tampouco se mostrou válida, pois somente a variável “idade” foi selecionada como fator relevante para a interpretação do traço de formalidade.

9 Considerações Finais

O paradigma dos pronomes pessoais de 2ª pessoa no PB sofreu modificações ao passar dos anos. É inegável que a forma “você” o adentrou, transformando-se na forma de eleição da grande maioria dos falantes. Aliás, não é de se estranhar que se tenha a sensação de que o pronome “você” é predominante no PB: levando-se em consideração a região considerada por Scherre *et al.* (2015) com predominância daquele pronome e consultando os dados populacionais brasileiros (IBGE, 2020), 110 milhões de habitantes, ou seja, mais de 50% da população brasileira, são abrangidos pela zona em que “você” aparece com o pronome de eleição. A região com predominância do “tu” por outro lado, tem pouco mais de 30 milhões de falantes, menos de 15%. Portanto, aproximadamente 35% da população alterna entre “você” e “tu”, sendo que em grande parte das zonas de variação o pronome “você” ocorre em taxas superiores.

Os dados obtidos neste estudo mostram que os falantes interpretam claramente o valor de formalidade atrelado a cada pronome, evidenciando um sistema triádico, em que “você” compete pela forma intermédia (e não pela informal) com o pronome “tu” acompanhado da flexão canónica. Da mesma forma que nos dados de produção, a variação parece estar na comunidade e não no indivíduo, pois, como referido nos resultados, em 102 casos, falantes foram categóricos no seu julgamento da formalidade relativamente a um determinado pronome.

²¹ Observe-se que as metodologias foram distintas, pelo que uma comparação *vis-à-vis* não é possível. No entanto, os dados parecem caminhar na mesma direção.

Não obstante, por se ter baseado em um teste que avaliava a interpretação dos falantes, uma das limitações deste estudo é o de não poder constatar o comportamento dos mesmos na produção dos pronomes envolvidos, por exemplo, em que situações os utilizariam e por que razão, o que só poderá ser analisado por meio de outros estudos com metodologias específicas para esse fim. Além disso, o teste era explícito quanto ao fator “formalidade” a ser julgado. No entanto, outros valores estão associados ao modo como os pronomes são utilizados (i.e., intimidade, distanciamento, respeito, etc.) que podem ou não serem interpretados como ligados à formalidade.

Por fim, sugere-se avaliar como falantes de outros dialetos (i.e., com predominância de “você”), além de falantes do PBRS cujo perfil social não tenha sido contemplado neste estudo (i.e., menores de 18 anos e adultos com baixa escolaridade) interpretam tais formas, sem deixar de lado a obtenção de dados de produção, enriquecendo o conhecimento sobre o funcionamento das diferentes variedades da língua portuguesa.

Agradecimentos

Agradece-se à Profa. Dra. Ana Madeira e à Profa. Dra. Maria Lobo do Departamento de Linguística da Universidade Nova de Lisboa pelos muito úteis comentários dados tanto no planeamento do estudo, quanto na escrita deste artigo, e à Dra. Luísa Pilz do Laboratório de Cronobiologia e Sono do Hospital de Clínicas de Porto Alegre pela realização dos testes estatísticos. Agradece-se também a todos aqueles participaram ou contribuíram com a divulgação do *link* para a realização do teste.

Referências

ALTENHOFEN, C. V. Áreas lingüísticas do português falado no Sul do Brasil: Um balanço das fotografias lingüísticas do ALERS. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 115-145.

AMARAL, L. I. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais*. 2003. 181f. Tese (Doutoramento em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

- BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BIDERMAN, M. T. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, São Paulo, v. 18/19, p. 339-382, 1972-1973.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBEEK, T. A. (org.). *Style in Language*. Cambridge: MIT, 1960. p. 253-276.
- CARDOSO, S. A. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014. v. 2.
- CAVALHEIRO, V. M. *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias*. 2016. 338f. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 173-194, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (Homenagem a Fernando Tarallo)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 107-128.
- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.
- FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FLECK, L. S.; SIMIONI, T. Para uma pedagogia da variação no ensino médio: pesquisa sociolinguística sobre pronomes pessoais. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 190-208, 2017.

GARCIA, C. F. *A variação linguística no uso da desinência verbal -sse na segunda pessoa do singular na escrita dos pelotenses*. 2018. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

GOUVEIA, C. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In: OLIVEIRA, F. D (org.). *O fascínio da linguagem: actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: CLUP/FLUP, 2008. p. 91-100.

GUIMARÃES, A. M. *A ocorrência de 2ª pessoa: estudo comparativo sobre o uso de tu e você na linguagem escrita*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

HEAD, B. J. Social factors in the use of pronouns for the addresses in Brazilian Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELDT, J. (ed.). *Readings in Portuguese Linguistics*. Amesterdão: North-Holland Publishing Company, 1976. p. 289-343.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa Populacional, 2020*. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.xls. Acesso em: 7 jan. 2021.

JENSEN, J. B. *Forms of Address in Brazilian Portuguese: Standard European or Oriental Honorifics?* Amersterdão: John Benjamins, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.13.06jen>

KELLER, T.; FONTANA, P. O uso de tu e você na posição de sujeito em posts de fan page do Facebook do restaurante universitário da UFSM. *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, v. 59, p. 220-240, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/2236-6385.92314>

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008.

LOPES, C. R. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. R. (org.). *Sincronia y diacronia de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert; Bibliotheca Ibero-Americana, 2006. p. 187-214.

LOPES, C. R. Retratos da variação entre “você” e “tu” no português do Brasil: Sincronia e diacronia. In: RONCARATI, C.; ABRACADO, J. (org.). *Português Brasileiro II – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008. v. 2. p. 55-71.

LOPES, C. R.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguísticas*, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011.

LOPES, C. R.; MARCOTULIO, L. L.; SILVA, A. S.; SANTOS, V. M. Quem está do outro lado do túnel? Tu ou Você na cena urbana carioca. *Neue Romania*, Berlim, v. 39, p. 49-67, 2009.

LOREGIAN, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. 1996. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LOREGIAN-PENKAL, L. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. 2004. 261f. Tese (Doutoramento em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MARTINS, R. L.; MAURER, C. F.; SEVERO, P. F. O tu e você no paradigma pronominal do português brasileiro em cartas pessoais. *Revista (Con)textos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 16, p. 86-102, 2016.

MENON, O. P. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

MENON, O. P. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 121-164, 2000.

MENON, O. P.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: Tu/você no Sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado na região Sul*, Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-192.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, M. F.; MENDES, A.; DUARTE, M. E. Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 245-262, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2018.v20n0a23276>

PAREDES, V. L. A abordagem laboviana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 7., 1993, Goiânia. *Anais [...]* Goiânia: Anpoll, 1993. p. 882-886.

RAMOS, M. P. B. *Formas de tratamento no falar de Florianópolis*. 1989. 106f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

ROCHA LIMA, L. E. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RUMEU, M. C. B. A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: Reflexões sobre a categoria social gênero. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 545-576, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942013000200010>

SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: Panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil. *Revista Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2011v8n2p187>

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SILVA, G. M. O. Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Rio de Janeiro. 1982. Tese (Doutoramento em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, Cambridge, n. 19, p. 29-58, 1977. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022226700007441>

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

YACOVENCO, L. C.; SCARDUA, J. R. A variação pronominal de segunda pessoa: Contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa. *Working Papers Linguística*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 171-191, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2017v18n2p171>